NOTA TÉCNICA

Sobre o Treinamento do Processamento Auditivo Central (TPAC), Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia (SBFa)

A Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia (SBFa), por meio do Departamento de Audição e Equilíbrio, com apoio de seu Comitê de Promoção, Prevenção e Diagnóstico em Saúde Auditiva e Comitê de Reabilitação Auditiva, apresenta esta Nota Técnica com o objetivo de contribuir para a compreensão qualificada sobre o Treinamento do Processamento Auditivo Central (TPAC), sua aplicabilidade clínica e os critérios que norteiam a atuação profissional nesta área.

1. Conceito e importância clínica

O Processamento Auditivo Central (PAC) é definido como a eficiência e efetividade com que o Sistema Nervoso Auditivo Central (SNAC) processa a informação auditiva (ASHA, 2005; Geffner, 2019). Trata-se de um componente essencial para o desenvolvimento das habilidades comunicativas e para o processo de aprendizagem, especialmente em contextos escolares.

Diante da complexidade das habilidades envolvidas na aprendizagem, é amplamente reconhecido que a avaliação fonoaudiológica deve integrar uma abordagem interdisciplinar. Assim como os testes de linguagem oral e escrita, a bateria de avaliação auditiva — composta por audiometria tonal, vocal, imitanciométrica e a avaliação comportamental e eletrofisiológica do PAC — constitui ferramenta diagnóstica relevante no processo de investigação de dificuldades e transtornos do desenvolvimento.

2. Avaliação do PAC: critérios e recomendações

A avaliação do PAC deve ser interpretada com cautela, evitando análises isoladas dos resultados. É fundamental distinguir alterações de origem auditiva daquelas decorrentes de fatores linguísticos, cognitivos ou atencionais. Por isso, recomenda-se que essa avaliação seja realizada por fonoaudiólogos especialistas, com base em protocolos reconhecidos, e inserida em uma abordagem multidimensional e interdisciplinar.

O **Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFa)**, por meio do *Guia de Orientação para Avaliação e Intervenção no Processamento Auditivo Central* (2020), reforça o papel do fonoaudiólogo como profissional indicado para a avaliação e reabilitação do PAC, considerando sua formação e competência técnica.

3. Intervenção: evidências e limites do Treinamento Auditivo

Em casos de Transtorno do Processamento Auditivo Central (TPAC), há evidências científicas que respaldam o uso do Treinamento Auditivo (TA) como estratégia terapêutica eficaz. Tais evidências apontam benefícios na plasticidade neural e na melhora de habilidades auditivas específicas por meio de atividades estruturadas, conduzidas por profissionais habilitados. Além disso, o uso de tecnologias assistivas, como sistemas FM pessoais/microfones remotos, pode complementar o processo terapêutico (CFFa, 2020).

Entretanto, é fundamental destacar que o TA **não deve ser considerado intervenção exclusiva ou universal** para todos os pacientes. Quando há comorbidades cognitivas, linguísticas ou pedagógicas, o plano terapêutico deve ser construído de forma integrada, respeitando as singularidades de cada indivíduo e os princípios da interdisciplinaridade. A priorização de métodos com maior grau de evidência científica é essencial para a segurança e efetividade das intervenções.

Recomenda-se, portanto, **evitar a adoção indiscriminada de protocolos terapêuticos ou ferramentas digitais sem validação científica robusta**, bem como **a realização de diagnósticos sem respaldo técnico-científico**, o que pode levar a interpretações equivocadas, indução de tratamentos desnecessários ou retardamento da abordagem adequada.

4. Ausência de teste padrão-ouro e diversidade de abordagens

A inexistência de um teste padrão-ouro para o diagnóstico do TPAC contribui para a variedade de modelos teóricos e práticos encontrados na literatura. Tal cenário, no entanto, **não deve ser interpretado como ausência de rigor**, mas como uma oportunidade para o avanço contínuo da área, baseado em evidências e na colaboração entre comunidades científicas nacionais e internacionais.

As diretrizes atuais no Brasil seguem posicionamentos consolidados de entidades como:

- American Speech-Language-Hearing Association (ASHA, 2005)
- American Academy of Audiology (AAA, 2010)
- British Society of Audiology (BSA, 2011; 2018)
- Consenso Europeu (2017)
- Fórum do Encontro Internacional de Audiologia, promovido pela Academia Brasileira de Audiologia (ABA, 2016)

5. Atuação fonoaudiológica responsável e baseada em evidências

A atuação do fonoaudiólogo na área do PAC deve seguir preceitos éticos, científicos e técnicos, com compromisso com a escuta qualificada, o raciocínio clínico e o conhecimento atualizado. A

experiência profissional é valiosa, mas **não substitui o rigor científico** necessário para a indicação de condutas diagnósticas ou terapêuticas.

A Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia reconhece e valoriza os profissionais brasileiros que atuam de forma ética e responsável na área de avaliação e reabilitação auditiva. Reforçamos que **métodos sem comprovação científica não devem ser recomendados ou comercializados** sem respaldo técnico, e que a prática clínica deve sempre considerar o bem-estar do paciente e o princípio da não maleficência.

Referências:

- ACADEMIA BRASILEIRA DE AUDIOLOGIA. Encontro Internacional de Audiologia - 31º Fórum: Diagnóstico audiológico. São Paulo, 2016.
- AMERICAN ACADEMY OF AUDIOLOGY. Clinical Practice Guidelines: Diagnosis, Treatment and Management of Children and Adults with Central Auditory Processing Disorder. 2010.
- AMERICAN SPEECH-LANGUAGE-HEARING ASSOCIATION (ASHA). (Central) Auditory Processing Disorders — The Role of the Audiologist. 2005.
- BRITISH SOCIETY OF AUDIOLOGY. Position Statement and Practice Guidance: Auditory Processing Disorder. 2011, 2018.
- CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA. Guia de orientação - Avaliação e Intervenção no Processamento Auditivo Central. 2020.
- GEFNER, D. Central auditory processing disorders: definition, description, and behaviors. In: GEFNER, D.; ROSS-SWAIN, D. *Auditory Processing Disorders: Assessment, Management, and Treatment*. 3ª ed. San Diego: Plural Publishing, 2019.

**Departamento de Audição e Equilíbrio da SBFa
Comitê de Promoção, Prevenção e Diagnóstico em Saúde Auditiva
Comitê de Reabilitação Auditiva**

Autores

Dra. Josilene Luciene Duarte - Coordenadora do Comitê de Promoção, Prevenção e Diagnóstico em Saúde Auditiva

Me. Mariana Cardoso Guedes - Vice-Coordenadora do Comitê de Reabilitação Auditiva

Dra. Mariane Perin da Silva Comerlatto - Coordenadora do Comitê de Reabilitação Auditiva

CONSULTORES:

Dr. Ademir Antonio Comerlatto Junior - CRFa 4-9613-3 - Professor Adjunto da Universidade Federal de Sergipe (UFS - Campus Lagarto)

Dra. Eliane Schochat - CRFa 2-2937 - Professora Titular de Audiologia da Faculdade de Medicina da USP

Dra. Maria Inês Costa Ferreira - CRFa 7-6253 - Doutora em Letras - PUC/RS. Fonoaudióloga do Centro de Reabilitação e Estudos em Neuroaudiologia. Porto Alegre/RS.